

## NARRATIVAS FOTOGRÁFICAS:

### A enchente de 1980 pelas fotografias do Arquivo Histórico Manoel Domingues (FCCM)

Sérgio Ricardo Almeida da Hora<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 10/02/2023.

Artigo aceito em: 13/11/2023.

#### RESUMO:

A cidade de Marabá (PA), é bastante conhecida por suas enchentes, desde sua fundação. São momentos previstos na vida dos moradores da cidade. Este artigo busca contribuir analisando e contando sobre a enchente do ano de 1980 dos rios Tocantins e Itacaiúnas, considerada a maior da história da cidade, através das fotografias do Arquivo Histórico Manoel Domingues (FCCM). Para fins metodológicos, fizemos uma revisão teórica sobre o documento fotográfico, e um contexto histórico da cidade de Marabá (PA). Além disso, analisamos e interpretamos 5 (cinco) fotografias que representam fragmentos sobre o recorte desse artigo. Esse estudo, corrobora o quanto as fotografias do Arquivo Histórico oferecem possibilidades diversas de leituras e estudos sobre a memória e a história local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fotografia; História; Arquivo; Enchentes; Marabá (PA).

#### PHOTOGRAPHIC NARRATIVES:

The flood of 1980 through the photographs of the Arquivo Histórico Manoel Domingues (FCCM)

#### ABSTRACT:

The city of Marabá (PA) is well known for its floods, since its foundation. These are anticipated moments in the lives of city dwellers. This article seeks to contribute by analyzing and telling about the 1980 flood of the Tocantins and Itacaiúnas rivers, considered the greatest in the city's history, through photographs from the Arquivo Histórico Manoel Domingues (FCCM). For methodological purposes, we did a

---

<sup>1</sup> Graduado em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2175612030051920>; e-mail: sergioricardo.arqui@gmail.com.

theoretical review on the photographic document, and a historical context of the city of Marabá (PA). In addition, we analyzed and interpreted 5 (five) photographs that represent fragments of this article. This study confirms how much the photographs of the Arquivo Histórico offer different possibilities for readings and studies on memory and local history.

**KEYWORDS:** Photography; History; Archive; Floods; Marabá (PA).

## 1. Introdução

No campo da História, as narrativas de fatos e da vida cotidiana dos sujeitos sociais de um determinado local, vem ganhando cada vez mais espaço. Nesse contexto, a História tem como desafio compreender como o conhecimento do passado tem se constituído como um dos principais eixos que move as dinâmicas estratégicas do desenvolvimento dos povos, culturas e nações.

A cidade de Marabá (PA), é bastante conhecida por suas enchentes, desde sua fundação. São momentos previstos na vida dos moradores da cidade, principalmente aos que moram/trabalham nos bairros a beira dos rios Tocantins e Itacaiúnas. Cada morador tem seu modo coletivo ou particular de lidar com este momento. E desde então, seu cotidiano é tomado sempre pela disposição dos rios, em épocas de enchente os moradores se veem obrigados a abandonar suas casas, ou seja, procuram a casa de parentes ou amigos e na maioria das vezes ocupam os abrigos montados pela prefeitura municipal. Quando as águas baixam vem um novo recomeço. O período das chuvas ocorre entre os meses dezembro a maio, nesse intervalo os meses de janeiro e março aparecem como os mais chuvosos.

Em virtude dessas premissas, este artigo busca contribuir analisando e contando sobre a enchente do ano de 1980 dos rios Tocantins e Itacaiúnas, considerada a maior da história da cidade, através das fotografias do Arquivo Histórico Manoel Domingues, localizado dentro do espaço da Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM). A fotografia, e seu discurso “diferente” do textual, é um nítido recorte do tempo, sendo uma prova de fatos e acontecimentos. Embora

existam distorções, mas a verdade é que representa a existência de algo, útil à construção e reconstrução de momentos passados.

Quando ultrapassamos a barreira iconográfica e recuperamos as histórias implícitas, em sua forma fragmentária, desvelamos o significado das imagens. Desse modo, a imagem fotográfica é uma importante ferramenta de compreensão e análise sociológica e histórica. A fotografia sempre há de contar uma história diferente, e as imagens aqui analisadas, são indícios os quais podemos identificar várias nuances implícitas sobre os reflexos que cada enchente desses rios proporciona a população próxima a eles, em determinado tempo e espaço. Nesse sentido, sabemos que as imagens nos permitem uma imersão aos cenários e situações por elas representados.

## **2. Procedimentos metodológicos**

Para fins metodológicos, fizemos em um primeiro momento uma breve revisão teórica sobre o que é o documento fotográfico, como também uma apresentação histórica da cidade de Marabá (PA). No segundo momento, analisamos e interpretamos 5 (cinco) fotografias que representam fragmentos sobre o recorte destacado pelo objetivo desse artigo. São registros, dos quais pudemos perceber uma visibilidade mais completa dos aspectos do fenômeno cotidiano que acomete a cidade. Nossas interpretações, análises e compreensões captaram o que, comumente, passa despercebido pela maioria dos “leitores”, partindo pelo entendimento da forma de pensar e das experiências particulares de quem vê. Ressalta-se que a seleção das imagens, foi uma etapa bastante complicada, visto a relevância e significado das fotografias, muitas tinham potenciais condições de serem importantes a pesquisa.

Contudo, para a análise das fotografias sobre a enchente de 1980, adicionamos narrativas orais a respeito desse evento cotidiano da cidade, intercalando os relatos com as análises imagéticas, buscando assim, uma melhor compreensão das imagens fotográficas, através da entrevista concedida por Manoel Dias. A entrevista com Manoel Dias foi realizada em sua residência, localização

privilegiada do Núcleo Marabá Pioneira, avenida Marechal Deodoro, já na parte do bairro Santa Rosa, bem as margens do rio Tocantins.

### **3. O documento fotográfico: O acontecimento histórico em imagens**

Até que ponto “uma imagem vale mais que mil palavras?”. Partindo desta proposição, Leite (2001, p. 23) desenvolve sua metodologia de interpretação das singularidades das famílias de imigrante vindas para São Paulo, entre 1890 e 1930, registradas em coleções de fotografias pertencentes a particulares. O propósito da autora não é apenas mostrar como as fotografias registram uma memória ancestral dos familiares ali retratados, mas, sobretudo, perceber como aquelas silhuetas e contornos registrados pela lente dos fotógrafos revelam aspectos de grande relevância para a compreensão sobre os costumes de uma época, oferecendo-nos pistas para um melhor entendimento acerca do passado histórico.

Indubitavelmente, os registros fotográficos criaram uma marca para a história contemporânea. Essa marca se perfila na veracidade dos fatos, na realidade de mostrar o passado mais nítido, de perenizar o que foi vivido e a criação de uma memória futura que distingue esta história dos seus períodos antepassados. Essa marca de contemporaneidade que se inscreve nos registros fotográficos, como prova do que se experimentou, num certo tempo, e se revive, como memória ao longo dos tempos. Canabarro (2005, p. 24) justifica:

A fotografia é um produto social e cabe ao historiador perceber como as imagens constituem uma certa maneira discursiva de colocar em cena questões e fragmentos da história, percebidos no encaixe de uns documentos com os outros na tentativa de se entender sua forma evolutiva e, ao mesmo tempo, descontínua. Desta forma, a história aproxima-se do presente, com a fotografia, permitindo entender a história oficial, a secreta, a individual e a coletiva. [...] As imagens fotográficas são todas plausíveis à ação dos campos, das influências, das filiações, das referências, das determinações sociais e dos códigos de leitura, não estando atreladas ao determinismo tecnológico, pois, antes de tudo, são produtos sociais. (CANABARRO, 2005, p. 24)

Com a “revolução documental”, a qual trouxe diversas mudanças, entre elas o alargamento do conceito que o termo “documento” passou a empregar, a fotografia foi elevada a sua devida posição de destaque. Hoje, se toma a palavra “documento”

no sentido amplo: documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, digital, tridimensional (as obras museológicas), a imagem, ou qualquer outra singularidade. Dessa forma, “uma fotografia original, assim como qualquer documento original, não traz apenas um conteúdo no qual as informações se acham registradas. As informações expressas não existem desvinculadamente de um suporte físico.” (KOSSOY, 1989, p. 26).

Nos últimos 20 (vinte) anos a fotografia consolidou-se, definitivamente, no campo dos estudos históricos, como fonte de pesquisa e estudo de análise. Além de ter rompido com a barreira de uma história da fotografia limitada apenas a técnica ou ao gênero fotográfico, tornou a assimilar seus estudos, a prática social e a experiência histórica ao modo de ver e representar fotograficamente o mundo social. As iniciativas em torno da história com a fotografia são muito consistentes. Nessa representação, ela absorve sensivelmente os problemas visualizados através dos registros fotográficos, multiplicando seus enfoques; ideologia, mentalidades, tecnologias, difusão, estandardização das aparências, quadros do cotidiano, marginalização social, etc.

A fotografia com suas mutações técnicas, ao longo do tempo, se aperfeiçoou, e a fez uma espécie de “médium” que converge entre o modernismo e o pós-modernismo, partilhando das diversas temporalidades. Se antigamente, os fotógrafos enfatizavam paisagens, conjuntos arquitetônicos, ruas e praças. Hoje, nos registros fotográficos, as expressões, gestos humanos são amplamente valorizados pelas lentes das câmeras fotográficas. As noções de visualidade, a ideia de observador, de público, de prática fotográfica, de experiência visual, portanto, se tornaram familiares à prática da História.

As fotografias devem ser consideradas pelos historiadores da mesma forma que outra prova qualquer – avaliando mensagens que podem ser simples e óbvias ou complexas e pouco claras. Nunca contém toda a verdade e muitas vezes se limitam a registrar aspectos visíveis, de matéria-prima a ser elaborada. (LEITE, 2001, p. 26-27)

Os dispositivos óticos associados à fotografia, provocou um maior investimento em documentação, com a organização de banco de dados, a maioria já

informatizados. Os espaços de sociabilidade se expandiram, ao mesmo tempo em que se tornaram um pouco mais complexos, todavia, mais democráticos, contemplando públicos e observadores com objetivos e propósitos diferentes, que também passaram a constituir as problemáticas da pesquisa da história.

Todavia, além de documentos, as fotografias também se flexionam como monumentos que refletem valores, ideias, tradições e comportamentos contribuindo para perenização das narrativas tensionadas entre o tempo passado, o presente e o futuro solidificando uma identidade familiar e orientando as sociedades futuras formas de ser e de agir. (LE GOFF, 2003, p. 526).

A imagem fotográfica, como todo o seu conteúdo visual na sua individualidade, se constitui como uma fonte histórica. Tudo isso se deve a dupla condição que a fotografia se finca: fonte histórica que é ao mesmo tempo artefato e registro visual, para historiadores e demais estudiosos das diferentes áreas do conhecimento. A amplitude conceitual da fotografia como fonte histórica e toda essa discussão teórica que a acompanha, também leva em consideração os pilares consolidados da fotografia como uma imagem fidedigna, realista e a sedução ocasionada pelo prazer da visão do “olhar fotográfico” e pela desinformação compartilhada de que existe uma ambiguidade de sentidos que envolve o objeto fotográfico, a subjetividade e a objetividade que ela carrega consigo.

Em termos de fidedignidade do conteúdo da fotografia, é de certo que o documento fotográfico está diretamente relacionado com os autores das imagens em que devemos utilizar. Historicamente, a autenticidade de uma imagem fotográfica nunca é posta em dúvida. Em geral, é aceita, e isto se explica, principalmente pelo grau privilegiado de credibilidade de que a fotografia se ocupa e foi merecedora desde o seu surgimento. Ora, de qualquer modo, se ainda houver a necessidade de se comprovar que o conteúdo fotográfico é realmente verdadeiro, pelo menos enquanto reprodução icônica da realidade, basta comparar com outros

registros fotográficos que representam o mesmo assunto e, que foram captados de outros ângulos.

A fotografia, desse modo, é indiscutivelmente um documento. Um testemunho de conhecimento do passado. Porém, não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele. A imagem fotográfica pode e deve sim ser utilizada como uma fonte histórica. Todavia, Boris Kossoy (1989) alerta:

Deve-se, entretanto, ter em mente que o assunto registrado mostra apenas um fragmento da realidade, um e só um quadro da realidade passada: um aspecto determinado. Não é demais enfatizar que este quadro é o resultado final de uma seleção de possibilidades de ver, optar e fixar um certo aspecto da realidade primeira [...] KOSSOY, 1989, p. 72)

Sendo assim, o esforço de compreensão dos códigos contidos documento fotográfico, nas mais diversas fases de seus estudos, sejam um fator constante. A utilização da fotografia como fonte de pesquisa, deve levar em consideração que a imagem impressa no papel não se confunde com a realidade. Em miúdos, se o pesquisador considerar que tudo que pode ser visto na foto era costume da época, pode chegar a conclusões equivocadas.

Nesse sentido, portanto, somente por este contínuo cruzamento das informações existentes – implícitas e explícitas – dos caracteres interiores e exteriores da imagem fotográfica, poder-se-á confirmar que os componentes do processo, geraram essa fonte histórica. A análise das fontes fotográficas não reproduzirá em conhecimento histórico, se não for agregado a informações escritas do contexto histórico, político, religiosos, cultural e social do tempo e espaço do mesmo registro fotográfico examinado.

Se a fotografia julga-se um documento e quer ser apresentado como tal, as informações escritas são de primordial importância. Esta verdade elementar é frequentemente esquecida pelos que consideram que a fotografia basta-se a si mesma. Ora, tais informações são indispensáveis em todos os casos, seja quando o clichê é utilizado num trabalho de pesquisa, seja para fins educativos, seja para denunciar uma situação a título de informação. (KEIM, apud KOSSOY, 1989, p. 51)

Além disso, as fotografias analisadas pelo historiador exigem um estudo das unidades e outro das sequências, estudo que será orientado pela especialidade do

pesquisador. Ora, para se trabalhar com um acervo fotográfico, é imprescindível que as imagens tenham outras fontes de informações acerca do material a ser analisado: a descrição, a identificação da fotografia e do fotógrafo, da data e do local, o objetivo e a apropriação ou guarda da foto, as anotações arquivísticas, as legendas, a historiografia sobre a época.

Nesse sentido, toda imagem fotográfica tem um propósito finalístico para o fim a qual se serve. Então, os registros produzidos para documentar algo - representam sempre um meio de informação, um meio de conhecimento – sempre será mantido o seu valor documental. “Como passado em revelação para o olhar que observa, a fotografia parece realizar sua utopia de produtora da memória.” (KOURY, 2008, p. 162).

Mesmo reconhecendo que a fotografia em sua natureza não é um documento, cada imagem fotográfica contém, no entanto, um valor documental que, longe de ser fixo ou absoluto, deve ser apreciado por sua variabilidade no âmbito de um regime de verdade – o regime documental. (ROUILLÉ, 2009, p. 27)

A partir desse pensamento, Rouillé (2009) considera a ideia de investigar como a imagem reproduz uma realidade. O que nos leva a acreditar, desse modo, que se a discussão entorno da presença do referente na fotografia é o que centraliza as discussões, portanto, é de uma análise independente desses registros fotográficos e suas formas de se relacionar com o referente, bem como a reavaliação do elo entre a escrita e a imagem. Nesse sentido, implicar dizer que mesmo que uma fotografia fora vista submetida a manipulações, ela continua sendo vista como uma prova irrefutável de verdade, da veracidade de um acontecimento, pela maioria das pessoas. Contudo, a fotografia refere-se à realidade, ou seja, um vestígio mecânico do que aconteceu.

Sendo assim, a fotografia sintetiza um fragmento visível de uma realidade, destacando espaços urbanos, monumentos arquitetônicos, o vestuário, expressões, a pose e as aparências elaboradas dos personagens ali congelados no infinito temporal. O trabalho de leitura de imagens, considerando as particularidades de suas linguagens, é favorável de ser desenvolvido. Mauad (2009, p. 36) diz que “a



fotografia é tão mais rica em significado quanto for a nossa capacidade de ler as nuances de representação contidas naquela imagem.”.

Enquanto documento, os registros fotográficos, e com o mérito de um certo pioneirismo em considerá-la como assunto digno de algum aprofundamento. Esse exercício de compreensão do contexto que envolve os registros fotográficos se conduz como uma tendência, buscando perceber como a imagem fotográfica termina por configurar posicionamentos e visões de mundo diferentes. Ela, então, se apresenta como uma possibilidade de compreensão de diferentes sociedades. Como Canabarro (2015, p. 115) afirma “Assim, a fotografia já se portaria como portadora de códigos, sejam eles técnicos, culturais, estéticos e sociológicos.” Gonçalves (2009, p. 236), ainda corrobora afirmando que:

A imagem depende dos símbolos e códigos circundantes e compartilhados no período em que foi produzido ou dentro do grupo ao qual pertence o autor. A construção da imagem é função das possibilidades de ver e compreender que pertencem à época na qual o sujeito que a realiza está inserido. Este imbricamento se dá através dos posicionamentos do autor em relação às reflexões de seu tempo, os partidarismos que acolhe ou rejeita, os diálogos que estabelece com outras produções culturais (de sua época ou anteriores), as técnicas e ferramentas disponíveis e as articulações que o repertório simbólico de seu período possibilita. (GONÇALVES, 2009, p. 236)

Nesse sentido, “a imagem fotográfica é parte importante da ampliação da capacidade humana de se representar, reconstruindo a história e dando significados a essas representações.” (CIAVATTA, 2002, p. 122). Assim sendo, por intermédio dos registros fotográficos, dialogamos com o passado, somos os interlocutores das memórias silenciosas que elas mantêm em suspensão. Trata-se de nossos pequenos refúgios, os envelopes que guardam nossos segredos. As fotografias são confidências, memórias, arquivos.

#### **4. Marabá (PA), a cidade entre rios**

Localizada na confluência entre os rios Tocantins e Itacaiúnas, região sudeste do Pará (outrora chamada região dos polígonos dos castanhais), Marabá (PA) teve sua formação histórica e criação, como Burgo do Itacaiúnas, em 1895. Em 1896, o

Burgo do Itacaiúnas já estava com 222 habitantes; as roças estavam sendo produtivas e já tinha iniciado as primeiras criações de gado. Esse povoamento tinha o rio como meio de escoamento de produtos e pequenas viagens. A natureza ditava as regras, principalmente no período das chuvas amazônicas, que propiciavam um grande volume de águas em toda sua extensão.

Em 7 de junho de 1898, o comerciante maranhense Francisco Coelho da Silva veio conferir presencialmente as recentes notícias dos vultosos lucros advindos da extração do caucho. Ficou impressionado que as informações que recebeu eram verdadeiras, e enxergou como oportunidade única para seus negócios a inauguração de um empreendimento comercial na região, visto o enorme volume de dinheiro que circulava entre a população. Além da grande quantidade de dinheiro circulando no pequeno povoado que se formava, o apoio e o convite do coronel Carlos Gomes Leitão — que visava a melhorar a infraestrutura e o comércio e, assim, melhorar a vida desse pequeno núcleo habitacional que estava se formando — também foi preponderante para decisão de Francisco de Coelho se fixar e efetivar definitivamente sua mudança.

Francisco Coelho da Silva, então residente em Grajahú, onde constituíra família e tinha casa de commercio, de cujo portal pendia uma taboleta com o titulo Marabá, attrahido pelo fascínio dos grandes cauchaes do Itacayuna e sobretudo pela miragem das riquezas que ahi se colhiam rapidamente, transportou-se para o Burgo, onde chegou em 1897. Já prospera e lucrativa se incrementava a industria do caucho. [...] veio estabelecer-se na junção dos rios Tocantins e Itacayuna, ahi desembarcando na manhã de 7 de Junho de 1898. Nessa ponta e terra ergueu uma tosca barraca coberta de folhas de babassú, para abrigo seu e da família, derribando o matto em larga extensão, ao derredor, no intuito de conhecer a topographia de pequeno alojamento e precaver-se contra as enchentes hibernaes. [...] A sua nova morada deu o nome de Marabá, em lembrança á sua antiga loja de Grajahú. (ESTADO DO PARÁ, 1927, p. 17-19).

Sendo assim, inaugurou um barracão comercial, localizado em um ponto privilegiado, o Pontal, local de encontro dos rios que banhavam a cidade: o Tocantins e o Itacaiúnas. Vale ressaltar que, quando Francisco Coelho chegou, já havia outros barracões instalados na localidade, porém, o chamado barracão Marabá

foi certamente o mais importante. Logo, o nome do ponto comercial passou a designar a pequena vila que ali foi se formando, como Velho (2009) explica:

O nome de Marabá, que acabou se referindo ao conjunto de barracões, é inspirado numa poesia de Gonçalves Dias, e teria vindo do nome de antigo estabelecimento comercial de um dos pioneiros, segundo alguns do próprio Francisco Coelho, segundo outros de Francisco Casemiro de Sousa, cearense anteriormente estabelecido em Pedra Afonso (VELHO, 2009, p. 36).

Em novo endereço, a estrutura física da Casa Marabá contava, inicialmente, com três ambientes interligados: açougue, botequim e, no centro, a residência. Francisco Coelho tratou de reforçar seu estoque com mercadorias que, até então, nas redondezas, eram novidade, e com produtos imprescindíveis, ou seja, aqueles que tinham a venda certa, como arroz, feijão e farinha d'água. Em 1899, a Casa Marabá, além dos produtos básicos já mencionados, também passou a vender carne. A metade dessa população era flutuante e trabalhava no extrativismo da floresta. (MONTARROYOS, 2013). Porventura, segundo Heraldo Montarroyos (2013), a Casa Marabá não vendia somente mercadorias de consumo de primeira ordem:

No barracão da Casa Marabá não se vendia apenas farinha, carne-seca e ferramentas rudimentares de trabalho. Não se fazia apenas transação de caucho, de castanha e de outros gêneros da floresta e dos rios. Vendiam-se também sonhos, prazeres e carícias, explorando a energia sexual de jovens e quem sabe até de crianças negras e mestiças que vinham principalmente da cidade de Grajaú, estado do Maranhão. [...] Considerando o contexto socioeconômico de 1899, a lista dos frequentadores assíduos e consumidores dos prazeres disponibilizados pelos sócios Francisco Casemiro e Francisco Coelho pode ter registrado, inevitavelmente, a presença dos seguintes tipos sociais na Casa Marabá: Mestiça Marabá, Caucheiros, Pescadores, Castanheiros, Caçadores de gatos selvagens, Açougueiros, Barqueiros, Tropeiros, Fazendeiros e filhos de coronéis, Vaqueiros, Peões, Matadores de índios, Forasteiros em geral, entre outros. (MONTARROYOS, 2013, p. 13-14)

No entanto, seu espaço urbano, porém, ainda era precário em contraste com a opulência dos tempos áureos da borracha, principal atividade econômica, na época, no estado do Pará. Havia ausência dos serviços públicos básicos; não tinha escola, nem correios, nem autoridade. Dependia de Baião (PA)<sup>2</sup> para todas as decisões e nem sempre os marabaenses eram atendidos em suas petições e

---

<sup>2</sup> Até 1913, Marabá pertencia ao longínquo e extenso município de Baião, cuja distância entre a sede municipal e a região do Pontal de Marabá era de aproximadamente 250 Km.

necessidades. Nesse sentido, se sentiam negligenciados pelo governo do Pará. Diante desse fato, foi estabelecida uma comissão que se deslocou até Belém, exigindo do governador atenção e autonomia, tendo em vista a distância entre essas localidades. Com essa provocação, e buscando minimizar as tensões políticas, o Governo do Pará reconheceu a autonomia política de Marabá (PA), em 1913, desmembrando-a de São João do Araguaia (VELHO, 2009, p. 38).

Marabá (PA), desde então, teve uma considerável melhoria no que se refere aos serviços básicos. A primeira escola pública de Marabá iniciou suas atividades em instalações provisórias, “[...] que consistiam em amplo salão situado em área de propriedade da professora Odília Maranhão que, para este fim, foi objeto de reformas e adaptações, como a instalação de banheiros, colocação de assentos coletivos e outros equipamentos e objetos indispensáveis.” (MORAES, 1998, p. 66). Ainda nesse período, Marabá (PA) também recebe o seu primeiro posto de saúde, instalado em um prédio alugado na antiga Rua dos Mineiros, onde hoje situa-se a praça Duque de Caxias no Núcleo Marabá Pioneira. Outra melhoria resultante dos investimentos públicos foi a iluminação pública. Inaugurada em 1915, na administração do Coronel Antonio Maia, a iluminação era feita através de lampiões instalados em 30 postes de madeira.

A então vila de Marabá (PA), sede municipal desde cinco de abril de 1913, foi então elevada à categoria de cidade em 27 de outubro de 1923. Contudo, a instalação se efetivou somente no ano seguinte, em 27 de outubro de 1924. Já nessa época a população já se encontrava por volta de duas mil (2 mil) pessoas. No ano de 1929 a cidade recebeu iluminação, através de uma usina de geração de energia, à base de lenha. Em 1931, foi inaugurado o Mercado Municipal, na rua 5 de Abril, ao lado da Igreja de São Félix Valois. Em 1935, inaugurou-se o aeroporto de Marabá, na ocasião apenas uma pista de terra. Em 1935, a cidade de Marabá (PA) tinha mais de 400 casas, a maioria construída de palha. A população fixa era de 1.500 habitantes, número que dobrava no período da safra da castanha. Entretanto, como relata Mattos (2013, p. 61):

Não havia cais, nem arborização nas ruas, nem água encanada, nem hotéis. A cidade contava com um pequeno posto de saúde do Estado, como único recurso médico. [...] No ano de 1939 foi inaugurado o Grupo Municipal José Mendonça Vergolino, com seis salas de aula e um salão. (MATTOS, 2013, p. 61)

Nos dias atuais, Marabá (PA) compreende uma extensão territorial de 15.128,058 km<sup>2</sup>, dividida em quatro núcleos urbanos: Velha Marabá (ou Marabá Pioneira), Cidade Nova, Nova Marabá e São Félix. Assim sendo, de acordo com o Instituto brasileiro de geografia e estatística - IBGE, Marabá (PA) pertence à mesorregião do Sudeste Paraense e à microrregião com o mesmo nome da cidade. Dista a aproximadamente 500 Km da capital Belém.

#### **5. As fotografias do cotidiano: a enchente de 1980 em Marabá (PA)**

As enchentes, nesse sentido é um tema muito pertinente para uma discussão histórica, pois para a cidade de Marabá (PA) é uma forma de entender suas práticas culturais, a dinâmica das pessoas e as mudanças advindas desse volume de águas. O estudo do fenômeno das periódicas cheias dos rios Tocantins e Itacaiúnas, que inundam determinados pontos da cidade de Marabá (PA), causando transtornos, mobilizando a população para doações, a prefeitura na construção de abrigos e a secretaria de saúde, pois o número de doenças agravam nesse período.

Os bairros localizados no Núcleo Marabá Pioneira, sofrem rotineiramente com as cheias, muito também pela localização, bem na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas, lugar histórico por ser o “berço” da cidade. O contexto histórico do Núcleo é de suma importância, porque nem mesmo a enchente, que persiste em tentar expulsá-los quase todos os anos, não é o bastante para convencer os moradores da região a mudarem de endereço. Até porque sabemos que não é algo tão simples, tendo em vista os valores de terrenos e imóveis. Por outro lado, a pesquisa sinaliza que os moradores se identificam com seu bairro, com as lembranças.

E desde então, seu cotidiano vem sendo tomado sempre pela disposição dos rios, em épocas de enchente os moradores se veem obrigados a abandonar suas casas. Quando voltam tem o trabalho de reconstruí-las novamente, ou fazer a limpeza dos entulhos deixados pela força das águas. As fotografias utilizadas nesse recorte são da enchente de 1980, considerada a maior da história da cidade. Seu reflexo na memória da população ainda se faz presente. Diferentemente de outras cheias, as águas subiram muito rapidamente e de forma inesperada. Seu Manoel Duarte Dias, 83 anos, morador do bairro Santa Rosa que fica localizado no Núcleo Marabá Pioneira (Velha Marabá), barqueiro experiente que viu muitos acontecimentos e histórias na cidade de Marabá (PA), muito alegremente cedeu seu tempo para conversarmos sobre as enchentes que anualmente atingem parte da cidade. Em seus relatos percebemos uma memória mais focada na enchente de 1980. Vejamos:

Enchente que eu vi aqui grande assim, no meu entendimento. A mãe, meu pai, falava que houve uma enchente muito grande. Não é? Tomou Marabá, todo mundo, do nada. A de 1926. Aí, veio a de 1957 a de 1978. Aí 1979, ela repetiu. Aí 1980, aí foi a maior. Mas as enchentes grandes que eu vi acontecendo é 57, 78, de 79 e 80. Eu pilotava barco grande para Belém, a Babaçu. E a marca da enchente 1980 passou. Deve estar lá, na rampa lá. (DIAS, 2022)

As fotografias analisadas mostram que nem mesmo os telhados das casas se viram livres da cobertura imposta pelas águas. As Figuras 1, 2 e 3 ilustram as pessoas desesperadamente carregando seus móveis através dos telhados das casas e caminhões para os “jirais<sup>3</sup>” ou abrigos improvisados em outra localidade da cidade. As fotografias sinalizam em seu enquadramento, para os moradores, essa prática de mudança repentina já se tornou comum, uns, logo se mudam para abrigos preparados pelos governantes, outros preferem permanecer até ao limite da cheia, quando a água já está entrando nas casas. Maria Virgínia de Mattos (2013, p. 108), descreve que “O rio Tocantins passou do nível de 1,20m – o seu mínimo no verão – para 17,42 m; foi um crescimento de 16,22 metros! Sabe-se que, quando a cota atinge os 12 metros, as partes mais baixas da cidade já são atingidas pela água.”

---

<sup>3</sup> Em Marabá (PA), jirau se refere as varandas, sacadas ou “puxadinhos”.

Figuras 1, 2 e 3: Enchente em Marabá 1980 – Pessoas transportando móveis pelo telhado das casas e caminhões; Alocação de desabrigados.





Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues, FCCM.

Nessas localidades as casas e empreendimentos comerciais são em sua maioria prédios com um segundo andar, pavimento ou “jirau”. A próxima fotografia



(Figura 4) mostra três jovens debruçados em um desses “jirau” a observar a cheia e sua proporcionalidade a ponto de cobrir a primeira parte da casa. Chama atenção na imagem a cena de um quarto rapaz em uma boia, dando flagrante a imensidão de águas que invadiu a cidade. Muitos dos jovens e crianças aproveitam esse momento para brincar, ficar na boia, ou ficar pulando da ponte com “saltos ornamentais”. Os moradores locais as constroem com a intenção de evitar perdas materiais ou até de vidas, ou se mudarem para outro lugar e abrigos arranjados pela prefeitura para socorrer temporariamente os desalojados da enchente.

Figura 4: Enchente em Marabá 1980 – Jovens em um “jirau”.



Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues, FCCM.

Tratam-se de construções mistas, em sua maioria, adaptadas para as famílias e os negócios (em sua grande parte, o comércio). A simplicidade, a criatividade e a capacidade de adaptação, ou seja, as condições intemperes e aos materiais disponíveis dentro das possibilidades econômicas de cada família. Contudo, existem os riscos técnicos aparentes, contudo, também a precariedade da estrutura sanitária, acessibilidade ou urbanização no entorno dessas construções, além de prédios com ausência de muros, janelas e até portas abertas. Morar nesses sobrados, durante as enchentes, tem seus dilemas. O principal deles é a locomoção, isso porque os moradores ficam ilhados, com poucos ou quase nenhum espaço para circular o único meio de transporte são os barcos e somente um dos moradores é “escolhido” para sair de casa quando se tem uma necessidade como compras em supermercado, por exemplo. O restante dos membros da família ficam enclausuradas. Mas enquanto o térreo está alagado, os membros das famílias ficam no piso superior.

Na fotografia a seguir (Figura 5) nos mostra um prédio comercial localizado na Av. Antônio Maia, uma das principais vias urbanas e comerciais do Núcleo Marabá Pioneira, debaixo d’água. O prejuízo para o comércio foi muito grande. Essa fotografia chama atenção, porque a avenida Antônio Maia, é razoavelmente distante dos rios que banham a cidade. Na fotografia, ela está completamente tomada pelas águas, sendo possível enxergar apenas o piso superior do imóvel comercial que não é térreo. Nesses períodos de enchentes, escolas, postos de saúde e comércio tem suas atividades prejudicadas. As casas, por muitas vezes, ficam encobertas pelas águas por meses, os quintais e solos ficam empobrecidos pelo excesso de umidade e onde não é possível plantação alguma, porque logo vem outra enchente e acaba com tudo.

Figura 5: Enchente em Marabá 1980 – Av. Antônio Maia.



Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues, FCCM.

Além do núcleo Marabá Pioneira, parte do núcleo Nova Marabá, São Félix e os bairros Amapá e Laranjeiras, localizados no núcleo Cidade Nova, foram invadidos pelas águas dos rios Tocantins e Itacaiúnas, nesse ano de 1980. Nos relatos de Manoel Dias, podemos perceber que o volume das águas chegou em áreas da cidade que muitos pensavam jamais alcançar.

A água chega, aí não tem jeito, tem que sair a altura de água, aí meu amigo é agonia, viu? Ave Maria. essa enchente a chuva não parava. Contando assim, a gente fica imaginando a cena de mundão de água. Ó, se Deus me livre acontecer uma enchente dessa na época de hoje, né? Muita gente desabrigada. Foi daquela ladeira, só foi parar na Rodoviária. Água demais naquela Folha 33 pra dentro, a parte da Liberdade ali toda. Minha gente, naquele dia, não era só na Pioneira. (DIAS, 2022)

É interessante ressaltar, que as enchentes recorrentes na cidade de Marabá (PA) por mais que sejam danosas, trazendo muitos transtornos, principalmente a população mais pobre que mora nas encostas dos rios Tocantins e Itacaiúnas, são diferentes das cheias as quais estamos habituados a ver e ouvir, decorrentes em outras localidades. Digo, ela não é violenta devido ao fato de que os rios sobem lentamente, dando espaço e tempo hábil para que os locais deixem suas casas o quanto antes.

## 6. Considerações finais

Assim sendo outrora descrito por Euclides da Cunha, na obra *Um paraíso perdido* que a região amazônica era uma terra sem história, de lá para cá muita coisa mudou. Uma história se constrói ao longo do tempo, pela luta bem conduzida e coordenada de seus protagonistas, no caso o povo, assegurando a continuidade e visando o futuro, sem abandonar o passado, muito pelo contrário - preservando-o – para que as gerações futuras possam conhecê-lo e compreender as estratificações decorrentes dos tempos atuais. Nenhum povo, pode ficar aprisionado ao que acontece no presente, buscando crescer, multiplicar efetiva e permanentemente.

Percebemos que muitas histórias estão implícitas e por muitas vezes não se é dado a oportunidade de emergir esses acontecimentos e fatos, pelo simples motivo que a história está sendo contada por anônimos. As enchentes, nesse sentido é um tema muito pertinente para uma discussão histórica. O estudo do fenômeno das periódicas cheias dos rios Tocantins e Itacaiúnas, que inundam determinados pontos da cidade de Marabá (PA), causando transtornos, pode viabilizar meios e ações para amenizar os desarranjos que cada enchente traz consigo.

Portanto, as fotografias, enquanto registro de memória cultural e (re)construção de saberes, pode contribuir para avanço em seu sentido mais amplo, quando orientado a promoção das potencialidades dos sujeitos. Concomitantemente, os registros fotográficos constituem-se como uma rica fonte de conhecimento do passado na medida em que os registros “refletem” transformações, fenômenos, acontecimentos e vivências no seio na sociedade. Elas se potencializam como mais uma construção histórica, produzida mediante o desenvolvimento técnico, do que o resultado do processo físico-químico entre imagem e referente. A verdade empírica do processo fotográfico ocorre não apenas na materialização do processo físico-químico, mas, principalmente, a partir de estratégias e convenções que regulam a produção e a recepção da imagem, através de formas de comunicação e de estética, codificadas social e historicamente.

Trata-se, portanto, de um meio de conhecimento, que facilita a visualização dos mais diversos microcenários do passado.

## REFERÊNCIAS

### ENTREVISTA

DIAS, Manoel Duarte. **Entrevista sobre as enchentes em Marabá (PA)**. Marabá: 2022.

### FOTOGRAFIAS

**FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA DE MARABÁ (Marabá, Pará, Brasil)**. Acervo fotográfico do Arquivo Histórico Manoel Domingues.

### BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Camila; PAULA, Silas de. O arquivo fotográfico e o indivíduo moderno. **Ícone**: Recife, v.2, n.5, dez.2009.

CANABARRO, Ivo Santos. Fotografia e História: questões teóricas e metodológicas. **Visualidades**: Goiânia, v.13, n.1, p. 98-125, jan-jun 2015.

CANABARRO, Ivo. Fotografia, história e cultura fotográfica: Aproximações. **Estudos Ibero-Americanos de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**: Porto Alegre, v.31, n.2, p. 23-39, dez. 2005.

CARVALHO, Telma Campanha de. Fotografia e Cidade: São Paulo na década de 1930. **Projeto História**: São Paulo, 19, nov., 1999.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens**: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papyrus, 1993.

**ESTADO DO PARÁ. Pelo Tocantins paraense: uma viagem a Marabá**. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1927, 144p.

FABRIS, Annateresa. Discutindo a imagem fotográfica. **Domínios da imagem**: Londrina, v.1, n.1, p. 31-41. Nov. 2007.

**FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA DE MARABÁ (Marabá, Pará, Brasil).**  
Institucional: Sobre nós. Disponível em:  
<http://casadaculturademaraba.org/sobre-nos/> . Acesso em: 28 maio 2021.

GONÇALVES, Tatiana Fecchio da Cunha. Particularidades da análise fotográfica.  
**Discursos fotográficos:** Londrina, v.5, n.6, p. 229-244, jan./jun. 2009.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)**  
**(Brasil),** Panorama: cidades. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil+/pa/maraba/panorama>. Acesso em: 30 maio 2021.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual.  
**ArtCultura:** Uberlândia, v.8, n.12, p. 97-115, jan.- jun., 2006.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História.** Série Princípios. São Paulo: Ática, 1989.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Fotografia, Memória e Sociabilidade. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção:** João Pessoa, v. 7, n. 20, p. 160 a 176. Ago. 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução de Bernardo Leitão et al. 5ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de Família:** leitura da fotografia histórica. São Paulo: EDUSP, 2001.

LOPES, Marcos Felipe de Brum; MAUAD, Ana Maria. MUAZE, Mariane. Retratos do Brasil Contemporâneo: práticas fotográficas nos séculos XIX e XX. **REB. Revista de Estudos Brasileños:** Salamanca, Espanha, v.4, n.8, 2017.

MATTOS, Maria Virgínia Bastos de. **História de Marabá.** 2. ed., revista e aumentada. Marabá: Fundação Casa de Cultura de Marabá, 2013.

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brun. História e Fotografia. *In:* CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MAUAD, Ana Maria. Milton Guran, a fotografia em três tempos. **Studium:** Campinas, v.28, 2009.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A fotografia como documento – Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. **Tempo:** Niterói, v.7, n. 13, 2002.

MIGUEL, Maria Lúcia Cerruti. A fotografia como documento: uma instigação à leitura. **Acervo**: Rio de Janeiro, v.6, n. 1/2, p. 121-132, jan./dez. 1993.

MONTARROYOS, Heraldo Elias de Moura. História Social e Econômica da Casa Marabá: Reconstruindo o Cotidiano de um Barracão na Amazônia Oriental entre 1898 e 1906. Campinas: **história e-história**, v. 1, p. 1-20, 2013.

MORAES, Almir Queiroz de. **Pelas trilhas de Marabá**. São Sebastião do Paraíso (MG): Chromo Arte, 1998, 142 p.

ROUILLÉ, André. **A fotografia**: entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Senac, 2009.

SAMAIN, Etienne. As peles da fotografia: fenômeno, memória/arquivo. Desejo. **Visualidades**: Goiânia, v.10, n.1, p. 151-164, jan./jun. 2012.

SCHAEFFER, Jean-Marie. **A imagem precária**: Sobre o dispositivo fotográfico. Tradução Eleonora Bettman. Campinas: Papyrus, 1996.

VELHO, Otávio Guilherme. A extração livre. In: **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia [online]**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, p. 29-51, 2009.

VELHO, Otávio Guilherme. Marabá da castanha e do diamante. *In*: **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia [online]**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, p. 52-66, 2009.